DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
Fl. 116

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20170008
PROCESSO N° 4808020/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS (IMPRESSOS, PLOTAGEM, SERIGRAFIA E SINALIZAÇÃO), COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital e seus Anexos, disponíveis, gratuitamente, nos sítios www.defensoria.ce.def.br/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br. **ENVIO DAS PROPOSTAS**: a partir de 31/08/2017 até a abertura do certame através do sítio www.licitacoes-e.com.br. **ABERTURA**: 14/09/2017 às 10:00h – Horário de Brasília/DF.

Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza, 21 de agosto de 2017.

Nídia de Matos Nunes
Pregoeira

CORRIGENDA

No Diário de Justiça Eletrônico edição nº 1723, de 28 de julho de 2017, que publicou a Portaria de nº 1759.
Onde se lê:
"Art. 1º Designar **HEITOR ESTRELA GADELHA** Defensor Público de **Entrância Final**, matrícula nº 301.229-1-7, que atua na 1ª Defensoria do Juizado da Violência contra a mulher de **Juazeiro do Norte**, para, com prejuízo de suas atribuições, atuar, 01 (uma) vez por semana, na 3ª Defensoria da Comarca de Barbalha-CE, pelo período de 03(três) meses, a partir de 15 de agosto de 2017, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário."

Leia-se:
"Art. 1º Designar **HEITOR ESTRELA GADELHA** Defensor Público de **Entrância Intermediária**, matrícula nº 301.229-1-7, que atua na 1ª Defensoria do Juizado da Violência contra a mulher de **Juazeiro do Norte**, para, com prejuízo de suas atribuições, atuar, 01 (uma) vez por semana, na 3ª Defensoria da Comarca de Barbalha-CE, pelo período de 03(três) meses, a partir de 15 de agosto de 2017, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário."

Fortaleza, 18 de agosto de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
Fl. 117

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20170008
PROCESSO N° 4808020/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS (IMPRESSOS, PLOTAGEM, SERIGRAFIA E SINALIZAÇÃO), COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital e seus Anexos, disponíveis, gratuitamente, nos sítios www.defensoria.ce.def.br/licitacoes e www.licitacoes-e.com.br. **ENVIO DAS PROPOSTAS**: a partir de 31/08/2017 até a abertura do certame através do sítio www.licitacoes-e.com.br. **ABERTURA**: 14/09/2017 às 10:00h – Horário de Brasília/DF.
Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza, 21 de agosto de 2017.

Nídia de Matos Nunes
Pregoeira

EDITAL Nº 55/2017
DESIGNAÇÃO PARA ATUAÇÃO JUNTO A 2a. VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que está sendo destinado para atuação extraordinária junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Crato, a ser provido por **DESIGNAÇÃO**, conforme regras a seguir estabelecidas e ainda:

CONSIDERANDO que atualmente não há Defensor Público atuando junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Crato;

CONSIDERANDO a elevada quantidade de assistidos da Defensoria Pública naquela comarca que necessitam da continuidade da prestação do serviço de assistência jurídica por membros desta Instituição;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar aos membros da carreira igualdade de condições em participarem do presente processo de designação em que existe urgência no provimento da vaga;

RESOLVE:

Art. 1° Oferecer 02 (duas) vagas para atuação junto a 2ª Vara Cível da Comarca de Crato.

§ 1° O Defensor Público deverá atuar 01(uma) vez por semana no órgão defensorial acima indicado, conforme cronograma a ser estabelecido pela Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI, devendo realizar quaisquer atos inerentes aos serviços da Defensoria Pública, tais como atendimentos, confecção de petições, participação em audiências e sessões do Tribunal do Júri, observadas as prerrogativas inerentes aos atos.

§ 2° Os Defensores Públicos selecionados deverão atuar junto ao órgão jurisdicional referido em dias diversos.

§ 3° A designação a que se refere o presente artigo ocorrerá pelo período de 03 (três) meses a partir de 15 de setembro de 2017.

Art. 2° O órgão de atuação será preenchido conforme o critério **antiguidade**.

§ 1° Poderão concorrer nessa designação os Defensores Públicos em efetivo exercício, tendo prioridade aqueles que não tenham participado de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral nos últimos 06 (seis) meses ou que não estejam exercendo cargo em comissão.